



A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO PARA A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES: OLHARES SOBRE SUA REPRESENTAÇÃO E APROPRIAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROGRAMA NOVA EJA

Rodrigo Coutinho Andrade¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o manual didático disposto para o ensino de Ciências Humanas do Programa Nova EJA, estruturado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) para a Educação de Jovens e Adultos. Para tal, concebemos que a leitura e análise do livro didático é indissociável do exame das prerrogativas político-pedagógicas que dão sentido, movimento e materialidade para a EJA de caráter público no Estado do Rio de Janeiro. E, neste sentido, concluímos que a categoria trabalho é específica para a produção do conhecimento da/para a classe trabalhadora, por destrinchar significados ontológicos.

Como princípio metodológico, entendemos que o livro didático é um dos referenciais dispostos para o corpo docente para o estabelecimento da relação ensino-aprendizagem, e que o mesmo deve ser concebido como um instrumento teórico que sistematiza, através dos conceitos, categorias e conteúdos, o conhecimento produzido-acumulado pela sociedade até os dias atuais. Por isso, como elemento formativo, deve ser visto como um dos possíveis instrumentos didáticos, no bojo das concepções pedagógicas, metodológicas e políticas para a Educação de Jovens e Adultos, concomitante a insustentável defesa de uma prática docente neutra diante das concepções de vida, sociedade e mundo (MOREIRA, 2014).

Em relação ao corpo discente pertencente à classe trabalhadora, o livro didático tem papel fundamental enquanto acesso ao conhecimento, que se configura muitas das vezes como o único referencial teórico e cultural disponível. De acordo com esta prerrogativa, se

¹ Professor Assistente do Departamento de Educação e Sociedade do IM/UFRRJ.
Email: digocabeca@hotmail.com

reconhece principalmente após o Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 - que deu origem ao Plano Nacional do Livro Didático - a importância da progressiva oferta dos manuais para todas as modalidades da Educação Básica. Porém, como uma constante das demais políticas setoriais para a modalidade em questão, a regularização da distribuição integral dos livros ocorreu somente no ano de 2012; além disso, constatamos ainda a utilização de livros não avaliados pelo PNLD EJA em redes de ensino de caráter público, como o utilizado pela SEEDUC-RJ no Programa Nova EJA.

O programa Nova EJA e a finalidade formativa

O programa em análise resulta do conjunto de reformas realizadas pela SEEDUC-RJ após o ano de 2009, em consequência imediata da penúltima colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O mesmo insere-se no denominado “*choque de gestão*”, como classificado pelo então secretário de educação do Estado do Rio de Janeiro Wilson Risolia, em entrevista ao jornal O Globo² no dia 14 de agosto de 2012. Tal termo especifica-se em melhorar a qualidade da educação sob a prerrogativa performática³, vide o ranqueamento como indicativo qualitativo.

Para tal, baseado no referencial teórico do gerencialismo, institui-se através da Gestão Integrada da Escola novas diretrizes pedagógicas, em que se destacam os resultados das avaliações externas, assim como o índice fluxo escolar, combinado ao discurso meritocrático, limitante da autonomia docente. Para a materialização do projeto gerencial em curso, a resolução nº 4669/11, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia sete de janeiro de 2011, orienta que

para aferir as metas, a Secretaria de Educação criou o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), que fornece um diagnóstico da escola em uma escala de zero a dez, baseando-se no Indicador de Desempenho (ID), medido através das notas do Saerj, e no Fluxo Escolar (IF). Além destes índices, também fará parte da meta de cada unidade escolar o IGE (Indicador Geral do Estado do Imóvel), elaborado pela Emop (Empresa de Obras Públicas). [...] Além de elevar os índices estipulados, para receberem a bonificação, os servidores lotados nas unidades escolares precisam cumprir

2Acesso realizado em 07 de junho de 2014, no site globo.globo.com/sociedade/educacao/estado-do-rio-pula-do-penul

timo-lugar-para-15-no-ideb-5788508.

3 O termo utilizado converge com as mudanças das políticas públicas para a educação, analisadas por Ball (2004), onde o Estado passaria a ampliar suas vicissitudes reguladoras, em contraposição ao então Estado-provedor. O princípio propositivo ancora-se principalmente na centralização das avaliações verticais, para a mensuração e controle da efetividade dos investimentos em sua finalidade. O mesmo acarretaria consecutivamente a “instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva” (Ball, 2004, p. 1107).

100% do currículo mínimo; participar de todas as avaliações internas e externas; efetuar o lançamento das notas dos alunos na forma e prazo estabelecidos; alcançar, no mínimo, 95% de resultado em cada meta de IDERJ do ensino regular da unidade escolar; alcançar, no mínimo, 80% de resultado de cada meta de ID da Educação de Jovens e Adultos presencial da unidade escolar; e ter, pelo menos, 70% de frequência presencial no ano letivo. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 4)

Concomitantemente, a secretaria aprofundou suas ações através de programas diferenciados para a obtenção de melhores resultados, como a nova política de/para a Educação de Jovens e Adultos. Em parceria com a Fundação CECIERJ - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro -, a SEEDUC-RJ inaugura o programa Nova EJA em 2013, voltado principalmente para o Ensino Médio, objetivando

consolidar uma escola de qualidade, conectada ao século XXI, capacitada para preparar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, estimular o desenvolvimento de suas habilidades, constituindo no espaço escolar as condições propícias para conquista de sua autonomia e inserção nos diferentes e diversos espaços da vida social: exercício da cidadania plena, o trabalho, participação comunitária, atuação no cenário político (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.4).

O discurso explícito absorve os referenciais basilares para a formação de trabalhadores no bojo da “Sociedade do Conhecimento” (DRUCKER, 2002), reforçando a argumentação para a formação do “homem de novo tipo” (TURMINA; SHIROMA, 2014), articulado aos elementos teóricos e políticos do projeto da Terceira Via, edificantes da Pedagogia da Hegemonia (NEVES, 2010). Dessa forma, ascende o princípio do estímulo, desenvolvimento e principalmente acúmulo das habilidades restritas ao mercado de trabalho, como retomada dos indicativos básicos da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2010)⁴. A tese confirma-se quando observamos a definição e a consideração política e metodológica dos objetivos do programa, considerando que através da

ótica da evolução do ser, no desenvolvimento de suas potencialidades, é necessária uma metodologia que utilize estratégias de despertar e desenvolver nos jovens e adultos, habilidades e competências exigidas na sociedade e no mundo do trabalho (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.5).

4 A ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção (FRIGOTTO, 2010, p. 44).

Portanto, o Programa Nova EJA explicita em seu manual de orientações as vicissitudes do mercado de trabalho, somado as potencialidades necessárias para a formação do “trabalhador necessário”. Esta concepção, que se transformou no modelo hegemônico das políticas públicas voltadas para a educação está eivada de intencionalidades implícitas. O primeiro sentido refere-se à mitificação das condições estruturais do (mundo do) trabalho na contemporaneidade, em que, segundo Vasapollo (2005) e Pochmann (2012; 2014), o setor considerado formal encontra-se altamente fragmentado e estratificado, demandando de maior qualificação e formação por parte do empregado, não o garantindo em momento nenhum a empregabilidade.

Consecutivamente, o segundo sentido refere-se à mitificação materializada sobre a concepção, apropriação e constituição subjetiva do conceito de “empregabilidade”, que

desloca a responsabilidade do desemprego da estrutura social e econômica para a pessoa que busca trabalho. Seu emprego depende unicamente de suas qualificações, isto é, de seu grau de empregabilidade. Mais do que uma simples noção, empregabilidade é uma forma de transformação da subjetividade, da identidade. (SILVA, 1999, p. 81).

E o último sentido aqui destacado em relação à EJA se refere à população com baixa escolaridade, onde a empregabilidade formal é ainda mais escassa⁵ devido o acréscimo significativo do quantitativo excedente de mão-de-obra, principalmente em relação aos jovens recém-formados no ensino médio. Isto provavelmente se agrava nos casos de formandos pelo curso de EJA, configurando para esta finalidade uma “certificação vazia” (KUENZER, 2005) devido seu formato precário, aligeirado e não integrado a formação profissional neste caso, determinando a marca social da escola (GRAMSCI, 2000), refletindo sua clássica tradição instrumental para essa modalidade de ensino, reafirmando os determinantes hegemônicos para a reprodução da divisão social do trabalho.

A categoria trabalho no manual didático do programa Nova EJA

Especificamente em relação à categoria trabalho, a temática é explícita na primeira unidade do módulo três do livro referência para o Programa Nova EJA, sob o título *A indústria e seus diferentes processos de organização espacial* (Governo do Estado do Rio de

⁵ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), o número de desocupados no Estado do Rio de Janeiro ao longo da década passada obteve acréscimo de aproximadamente 10% entre os trabalhadores com até sete anos de instrução no mercado formal, enquanto os empregos com carteira assinada chegaram a 42%, apresentando um decréscimo de aproximadamente 10% em comparação ao ano de 1991.

Janeiro, s/d, p.5) No primeiro momento, o subcapítulo “*do que a indústria precisa?*” (idem, p. 7) lista os instrumentos, fatores e elementos necessários para que a atividade produtiva aconteça. Em relação ao trabalhador, o manual destaca que “devem ser contratados funcionários assalariados (alguns qualificados, outros não, que realizam as tarefas mais simples e de menor remuneração) que vão atuar nas empresas de diversas formas” (op. cit., loc. cit.).

O segundo aspecto que cabe a reprodução, assim como posterior análise, refere-se à denominada Segunda Revolução Industrial, que de maneira resumida elenca algumas transformações produzidas pelo paradigma produtivo taylorista-fordista. Em relação à caracterização do trabalhador, o livro destaca que

o funcionário vai realizar apenas uma tarefa (por exemplo, passar o dia parafusando uma peça do automóvel a outra), durante longas horas de trabalho estafante e repetitivo. Há aqui uma clara divisão do trabalho. Cada um executa um “serviço” específico, para, no final da esteira, estar o automóvel pronto para ser transportado e vendido (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, s/d, p. 10)

Mais adiante, elucubra considerações sobre o cidadão inserido em tal lógica, em que para o mesmo adquirir um bem de consumo

é necessário que ele tenha emprego e salário. Se este trabalhador for mais eficiente e produzir mais, seu salário aumentará e, assim, ele poderá consumir mais, movimentando a economia e aumentando os lucros e a geração de novos empregos e o recolhimento de impostos por parte dos governos. Não é uma boa ideia? É isso que chamamos de Taylorismo, criado por Taylor, que aperfeiçoou o que a Ford havia criado (Governo do Estado do Rio de Janeiro, s/d, p. 7).

Explicitando as considerações sobre a transição entre a segunda revolução industrial e o período denominado de Toyotismo - Terceira Revolução Industrial -, o conteúdo descrito pelo manual continua tecendo descrições sobre a categoria aqui em análise, principalmente em relação às mutações no trabalho, e na vida do trabalhador.

O que fizeram os japoneses? Criaram um sistema de trabalho chamado de produção flexível. Com isso, os trabalhadores atuavam em equipes chamadas de células de trabalho e tomavam decisões mais rápidas. Por exemplo, se uma máquina quebrava, ou eles logo a consertavam, pois eles eram preparados e realizavam várias funções, ou acionavam o setor especializado, que rapidamente se deslocava para o conserto. [...] Para agilizar a produção, foram eliminados uma série de cargos intermediários, diminuindo os graus hierárquicos, o que aumentou a velocidade da tomada de decisões. Tudo isso com o intuito de aumentar o lucro. Foi uma pequena revolução copiada por muitas empresas ao redor do mundo (op. cit, p. 11).

Sobre a primeira citação extraída do manual didático, relativo ao subcapítulo “*do que indústria precisa?*”, a categoria trabalho é concebida enquanto ente estruturante do processo produtivo, como uma das peças-chave para o desenvolvimento da atividade econômica. Porém, quando definido de maneira breve, sem possibilidade de maior problematização, atentamos a duas considerações sobre esta caracterização. No primeiro momento podemos afirmar que o mesmo é significado enquanto mercadoria variante de acordo com a qualificação, atuando diferentemente segundo a divisão social do trabalho. Contratado e assalariado, o trabalhador é representado essencialmente, e dentro de uma relação social pré-estabelecida entre homens, como a “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1999, p. 94). Além disso,

as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo como realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos e seus trabalhos (op. cit., p. 95).

Cabe destacar a forma coisificada no qual a relação entre os trabalhadores e o processo produtivo é estabelecido na introdução ao conteúdo; pois, visto como elemento componente da indústria, fora da relação específica ao valor de uso do trabalho, acena-se apenas à relação contratação-assalariamento; ou seja, estruturalmente como o dispêndio fisiológico de trabalho para a criação de valor. O discurso se estrutura sobre a relação qualificação-assalariamento, justificando o discurso contemporâneo para as dimensões formativas em vistas às demandas do capital, de maneira simples e sem resistências.

De outro modo, a citação inicial oculta às contradições sociais do valor do trabalho, definidores instituintes da sociedade de classes, através da atribuição valorativa a funcionalidade do trabalhador no processo produtivo. Quando relega a menor remuneração a baixa qualificação, específica a divisão social do trabalho, legitima, pelo viés da valorização do trabalho qualificado, a fragmentação da força de trabalho. Dessa maneira, atrela-se ao conceito de capital humano, aqui brevemente analisado, a relação entre trabalho e valor, específico também para a constituição da sociedade de classes.

Sobre a evolução histórica, geográfica e técnica da produção industrial, cabe considerar que o manual segue suas considerações de maneira linear, explicitando apenas o processo transitório entre as “revoluções industriais”. Destarte, recusa a compreensão por meio da pontualidade descritiva, das continuidades dos paradigmas produtivos “pretéritos” na contemporaneidade. Tal descrição sequencial não permite, de certo modo, a complementaridade entre diferentes padrões produtivos.

Acerca da categoria trabalho no período da “segunda revolução industrial”, sua exemplificação não foge as considerações corriqueiras dos livros didáticos para a Educação Básica, acentuando principalmente o caráter repetitivo do processo de trabalho. Elemento crucial para a produção-consumo em massa, o método taylorista demarca, segundo Harvey (1993), o instrumento refinado da administração científica para a produção, destinado também a outras atividades contidas para a circulação e consumo das mercadorias. Logo, homogeneizar através da categoria trabalho, em relação à simplificação de sua caracterização monofuncional, a identificação geográfica em conjunto a linearidade histórica, positivado o ideário taylorista, mencionado como *uma boa ideia* diante da relação dialética acúmulo de trabalho-consumo, pode ascender um discurso demasiadamente simplório e intencional para estudantes-trabalhadores. Acreditamos que a positivação da ética capitalista se faz presente nos discursos ensejados pelo manual didático, tendo como epicentro para tal, a categoria em questão, mesmo diante de latentes contradições no bojo do processo produtivo em questão.

Continuando, o conteúdo “terceira revolução industrial” abarca uma exposição sobre o toyotismo através das inovações realizadas pelos japoneses, classificado como produção flexível. Descrevem-se as novas perspectivas para o trabalho, ressaltando as células e a rapidez nas soluções necessárias, em antagonismo ao fordismo-taylorismo, legitimando através da ampliação do lucro a eliminação de cargos intermediários, assim como a amplitude técnica.

Para o tratamento da categoria trabalho, o conceito de flexibilidade tornou-se banal, concomitante a leitura sobre as demandas corporativas. Por tratar-se do processo produtivo e laboral em destaque na contemporaneidade, deveria expandir-se para temáticas mais próximas dos alunos, principalmente em relação ao próprio termo flexibilidade, que está além do exercício laborativo em si. Sobre a nova morfologia do trabalho, acredita-se que algumas considerações deveriam ser elencadas, para a compreensão e diálogo de uma geografia para os atores sociais.

Sobre isso, o artigo converge à análise de Giovanni Alves (2011, p.62), onde o “aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e ao fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista numa etapa de crise de superprodução”. Logo, observa-se a necessidade de releitura da descontinuidade entre as “revoluções”. De outro modo, alegamos que o trabalho em si sofreu novas vicissitudes em relação ao trabalho-vivo, que de fato está envolto as novas formas de controle material e subjetivo no processo de produção capitalista.

Logo, realizar uma análise sobre o trabalho, e à classe trabalhadora, requer assinalar que as morfologias estão assentadas na reinvenção das formas de subsunção do trabalho ao

capital. Dentre tais, cabe assinalar que a classificação flexível, como já mencionada, reside na ampliação da exploração na relação capital-trabalho⁶. Ademais, cabe ressaltar que tal contradição, advinda do sobreuso do termo flexibilidade, adentra também a novas concepções; dentre elas, a necessidade do espírito do toyotismo, que “irá impulsionar na linguagem do *managing*, os apelos à administração participativa e ao “gerenciamento pós-moderno” [...] que agora, são os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade, sua personalidade que serão cobiçadas” (Alves, 2011, p. 65).

Portanto, tratar do trabalho na contemporaneidade não caberia apenas remeter-se a sua funcionalidade no processo produtivo. Se dispostos a oferecer instrumentos para os discentes, cabe ir além de suas funcionalidades na engrenagem do capital; e, observar os novos dispositivos para a regulação dos trabalhadores, requer atentar para as novas especificidades da atividade produtiva – dentre elas o conceito flexibilidade. Além disso, a própria desespecialização atribui um novo patamar de desintegração, vide “o ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder de produção e aumentar a intensidade do trabalho” (Antunes, 2011, p. 57).

Ao homogeneizar e singularizar o trabalhador, e consecutivamente o trabalho, o recurso discursivo do manual didático desconsidera algumas peculiaridades salutaras a presente análise. De acordo com a caracterização, observamos como possível contribuição a consideração de que a categoria trabalho deveria abarcar esta prerrogativa, contra sua homogeneização. Nesse sentido, tanto em relação a sua constituição física, quanto subjetiva, cabe salientar que a mesma é altamente polimórfica em relação aos sujeitos. Portanto, diante de tal complexificação, atribui-se a mesma, a significação voltada para o olhar das classes que vivem na periferia da força de trabalho, que compreende

dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na *periferia* oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo (HARVEY, 1993, p. 144).

6 O mesmo é descrito por Alves (2011, p. 64) como atributo qualitativo da nova morfologia da relação capital-trabalho, através do processo de “desespecialização” do trabalho, logrando aos trabalhadores o despojo de qualquer identidade – na ótica fordista-taylorista -, ou significado concreto de sua prática no âmbito produtivo. Portanto, a flexibilidade torna-se ao mesmo tempo um conceito que determina a amplitude necessária à capacitação do trabalhador, desidentificado com uma função apenas, e dessa maneira incorporada de uma polivalência vazia.

Portanto, observamos que ao mesmo tempo em que o intensifica-se o discurso para a qualificação do trabalho, aprofunda-se o processo de desqualificação do mesmo. Logo, acenar para um viés apenas é paradoxal. E, além disso, afirmar a categorização do trabalhador com olhar sobre a formalidade empregatícia, exclui a complexidade sobre a *subproletarização*, que intensifica-se nos dias atuais (Antunes, 2011). E por fim, cabe compreender que a análise da categoria trabalho, além da leitura sobre as especificações classistas, considera que o olhar sobre

a classe trabalhadora hoje significa perceber também o significativo processo de feminização do trabalho, que atinge mais de 40% ou 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 2005, p. 61).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício aqui produzido é reflexo da docência no programa em questão no ano de 2013, somado à necessária inquietude sobre os conteúdos basilares atrelados diretamente ao cotidiano discente. Observando continuamente a dificuldade dos trabalhadores a permanecerem no espaço escolar, mesmo que ainda persista a lógica pedagógica que um dia potencializou sua evasão, não poderia me esvair na mimética reprodução do discurso em jogo. Para isso, busquei no referencial teórico da Sociologia do Trabalho, elementos necessários para a elucubração das contradições em curso, sob a luz do método dialético.

Portanto, asseguro que a finalidade formativa do Programa Nova EJA, com vistas à intencionalidade do capital hegemônico sobre a educação, influi em todos os poros constituintes do espaço escolar, que através dos instrumentos jurídicos, didáticos, pedagógicos e curriculares verticalizam oficialmente o discurso alienante para a classe trabalhadora. Logo, a presente análise considera que o projeto político-pedagógico incide diretamente sobre os fazeres docentes, que pela sua disposição intelectual-reflexiva, tem como compromisso o desvendamento das máscaras sociais que determinadas representações conteudísticas carregam. Contudo, aprofundamos, mesmo que de maneira breve, sobre a categoria trabalho, identificando-a como crucial para a problematização epistemológica não só do referencial didático, mas também da capilaridade do programa em seus entes estruturantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado de bem-estar. **Educação & Sociedade**, V. 25, n.89, p. 1105-1126, set./dez., 2004.

DRUCKER, P. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Ciências Humanas e suas Tecnologias – Módulo 03**. 376 p. s/d.

_____. Resolução 4669/2011. Imprensa Oficial: DOERJ, 07/01/2011.

_____. Manual de Orientações – Nova Eja. 24 p. 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

HARVEY, D. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.; SAVIANNI, D.; SANFELICE, J. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MOREIRA, R.. **Discurso do Avesso – para a crítica da Geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

PARO, V. H. Implicações do caráter público da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002.

POCHMMAN, Marcio. Trabalho e Formação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012.

_____. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Estudos Avançados**, n. 28, 2014.

SCHEFFER, Ana M. M.; ARAÚJO, Rita de C. B. De F.; ARAÚJO, Vivam C. de. **Cartilhas: das cartas ao livro de alfabetização**. Campinas, 2007. Disponível em: <www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss20_40.pdf>. Acesso em 13 de março de 2015.

SILVA, T. T. da. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: FERRETI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

TURMINA, A. C.; SHIROMA, E. O. Se você não mudar, morrerá: a (com)formação de um trabalhador de novo tipo no discurso de autoajuda. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p. 165-180, 2014.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.